

Apresentação Construindo um Campo de Pesquisa

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini¹

Esse dossiê significa mais um momento referente ao trabalho conjunto das 4 equipes presentes no Acordo Capes-Cofecub, firmado no ano 2000 (e já renovado até 2004), no desenvolvimento do projeto intitulado “Mudanças nas relações do Trabalho, relações profissionais e formação”. Professores e pesquisadores que participam desse projeto estão vinculados, institucionalmente, na França, ao Laboratoire Travail et Mobilités da Universidade Paris X - Nanterre² e ao GERS (antigo GEDISST) - IRESCO Groupe d'Études sur Genres et Rapports Sociaux³; do lado brasileiro, as equipes pertencem ao NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais⁴ e ao DECISAE - Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas.⁵

O Acordo CAPES/ COFECUB foi firmado entre os dois países em 1978; em 2002, 23 projetos encontram-se implementados e cinco estão sob reserva, sendo reavaliados.

O Acordo referido nesse dossiê, institucionaliza intercâmbios entre as equipes que já ocorriam há vários anos; sendo, no entanto, até então circunscrito a um número restrito de pesquisadores que além de discussões de pesquisa, trocas de textos e referências bibliográficas, também já haviam participado de congressos e visitas de pesquisa tanto no Brasil, como na França. Interesses convergentes em relação aos temas enfocados, vinculados a sociologia do trabalho e a sociologia da educação, abordagens teóricas com múltiplas possibilidades de diálogo, pouco a pouco o Acordo foi se mostrando necessário enquanto espaço de reflexão para outros pesquisadores, sobretudo recém doutores e doutorandos, das diferentes equipes. Essa intenção foi concretizada a partir de 2000, com a aprovação do primeiro projeto apresentado a CAPES e ao COFECUB e, que, na sua segunda renovação em 2002, incorpora novas diretrizes, resultado desses dois anos de trabalho conjunto.

1. Profa. Titular do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação - UNICAMP; coordenadora do Convênio CAPES-COFECUB da parte brasileira, no período 2000/2001, juntamente com a Profa. Dra. Lucie Tanguy, do Laboratoire Travail et Mobilité, da Universidade Paris X - Nanterre.
2. Lucie Tanguy, Danièle Linhart, Annete Jobert, Izabelle Bertaux-Wiamme, Bernard Friot, Bernard Valentini, Sabine Fortino, Patrick Rozemblat, Albert Gueissaz, François Vatin.
3. Helena Hirata, Danièle Kergoat, Josette Trat, Frédéric Charles
4. Lucília Machado, Fernando Fidalgo, Maria Laetitia Corrêa, Dailla Andrade de Oliveira, Eloísa Helena Santos
5. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, Aparecida Neri de Souza, Márcia de Paula Leite, Vicente Rodriguez, Neusa Maria Mendes Gusmão, Roberto Heloani.

O primeiro projeto (2000 - 2002) teve por objetivo indagar, a partir da sociologia da educação e da sociologia do trabalho, quais são e como se dão, as mudanças ocorridas nas últimas três décadas nos mundos do trabalho e da educação. Para tanto, considerou que “discursos e estudos sobre a racionalização do trabalho apresentam geralmente características comuns a todos os países que se encontram submetidos às leis de uma economia que se mundializa e que obedecem à procura por maior eficácia e maior competitividade. De fato, se observamos a descrição dos fenômenos em curso nas grandes empresas industriais e de serviços, similitudes podem ser registradas entre uma série de características de mudanças nas relações de trabalho, em países que ocupam lugares diferenciados na economia mundial, mas que possuem histórias sociais e culturais entrelaçadas como a França e o Brasil. O paralelismo parece continuar quando observamos o apelo generalizado, nas sociedades européias e nos países em desenvolvimento como o Brasil, à educação e à formação profissional para realizar e levar a bom termo estas mudanças. Na França, como no Brasil, as políticas nacionais e programas específicos privilegiam a formação como instrumento de acompanhamento destas mudanças.

No entanto, estes discursos unânimes não exprimem mais do que alguns aspectos da realidade, construídos de acordo com uma perspectiva dominante e não dão conta da diversidade que lhes são inerentes e de suas contradições. Referimo-nos sobretudo ao pensamento comum difundido em escala internacional, sob a forma de proposições aparentemente irrefutáveis, que oculta que esta ordem social almejada é produto de ações coletivas e individuais nos quais a racionalidade é orientada para fins determinados que, de forma alguma, representam interesses consensuais.”⁶

Para melhor compreender as questões pertinentes a essa discussão e, considerando as produções acadêmicas e científicas das equipes envolvidas, definiu-se destacar os temas de pesquisa e de ensino que seriam comparados nos dois primeiros anos, separados tão somente com o objetivo de melhor elucidá-los mas, sem dúvida, considerados imbricados:

- Mudanças na organização do trabalho nas empresas industriais e de serviços
- Mudanças na divisão sexual do trabalho
- Mudanças nas relações profissionais
- Educação e formação como fator de mudanças na organização do trabalho e dos trabalhadores

Essas temáticas aglutinaram os esforços de pesquisa das equipes e já foi produzido, significativo trabalho de reflexão que se observa nas missões de trabalho realizadas na França e no Brasil, nas missões de estudo realizadas somente na França por doutorandos e pós-doutorandos brasileiros, nos seminários realizados na França e no Brasil, pelas publicações já divulgadas e em preparação, às quais se somam esse dossiê.⁷

6. Projeto submetido à avaliação CAPES-COFECUB intitulado “Mudanças na Organização do Trabalho, relações profissionais e formação”, 1999

7. Linhart, Danièle. O indivíduo nas mudanças da organização do trabalho, São Paulo, Ed. Boi Tempo, 2002, no prelo. Coleção dirigida por Ricardo Antunes.

Linhart, Danièle. Entrevista sobre Educação e Trabalho. Revista do NETE Trabalho & Educação, 2001.

Segnini, Liliana. Le telemarketing: un vrai travail moderne. In: Cahiers de Genre. La relation de service: regards croisés. Paris: L'Harmattan, No. 28 novembre 2000, pg. 117/132.

Segnini, Liliana. Entre le chômage et l'engrenage des emplois precaires. In: Travailler - Revue Internationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail, Paris, Martin Media, 2001.

As pesquisas comparativas internacionais permitem uma maior compreensão das sociedades em estudo e, a partir da singularidade desses contextos, também melhor compreender as dinâmicas mundiais; porém, não sem riscos. Para minimizá-los, metodologicamente, é necessário que estas sociedades sejam consideradas em suas trajetórias históricas, o que possibilita que vivenciem o mesmo fenômeno social, com especificidades, quer sejam analisadas numa perspectiva econômica, social, política ou cultural.

Participaram das Missões de Estudos previstas nesse Acordo, até o presente momento, três doutorandos (modalidade denominada bolsa sanduíche) e três professores doutores, no programa de pesquisa denominado pós-doutoramento. Todos os objetos dos projetos individuais estabelecem íntima relação com os objetivos expressos no projeto do Acordo CAPES/COFECUB em questão.

Assim, a doutoranda Maria Amália de Almeida Cunha (UNICAMP), aprofundou seus estudos referentes ao projeto que desenvolve intitulado “Trajetória escolar, familiar e profissional de jovens na periferia urbana, no Brasil”, sob a orientação da Profa. Neusa Gusmão, na UNICAMP, e da Profa. Lucie Tanguy, na Universidade Paris X de Nanterre, França. Regina Célia Pereira Campos, doutoranda na UFMG, trabalhou o referencial teórico referente ao projeto “Tecnologia, Gênero e Docência: estudo das transformações da identidade e da subjetividade de professores universitários frente às novas tecnologias”, sob a orientação, no Brasil, da Profa. Lucília Machado e, na França, Profa. Helena Hirata, do GERS - Groupe d'Études sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail; Maria Angélica Alberto, doutoranda vinculada também a UFMG, desenvolve pesquisa, até outubro de 2002, também sob a orientação da Profa. Lucie Tanguy, referente ao projeto “A noção de empregabilidade na gestão do trabalho e as políticas educacionais - a experiência do CEFET-Pará”, que objetiva a análise da relação entre a formação profissional e a noção de empregabilidade nos programas públicos de emprego na região amazônica, resgatando as contradições observadas em um contexto de grandes dificuldades no mercado de trabalho. No Brasil é orientada pela Profa. Lucília Machado.⁸

Quanto aos programas de pós doutoramento, ainda nas Missões de Estudos, três professores – pesquisadores brasileiros trabalharam na França. A Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza (UNICAMP) desenvolveu, no período, pesquisa comparativa sobre as reformas do ensino médio e da educação profissional, enfocando, nesse contexto, as mudanças observadas nas relações de trabalho docente. Profa. Dra. Eloísa Helena Santos (UFMG) pesquisou, também comparativamente, as mudanças que estão ocorrendo nas relações de trabalho, nas relações profissionais e nos processos de formação; Prof. Dr. Vicente Rodriguez está trabalhando, no ano de 2002, a questão da “Reforma do Ensino Profissional no Estado de São Paulo”, comparando-a com as reformas do ensino profissionalizante francês.

7. Hirata, Helena e Segnini, Lilliana (org.s) Trabalho, Qualificação e Relações de Gênero, São Paulo, Ed. SENAC, 2002 no prelo

8. O Acordo Capes Cofecub passou a ser coordenado pela Profa. Dra. Lucília Machado a partir de janeiro de 2002, concretizando assim, o rodízio institucional já acordado no início do mesmo.

Seminários e reuniões metodológicas foram realizados nas Missões de Trabalho, no Brasil, por Danièle Linhart ⁹(2000) e Isabelle Bertaux -Wiamme¹⁰ (2001) tanto na UNICAMP como na UFMG e, na França, por Liliana Petrilli Segnini¹¹ (2000) e, Fernando Fidalgo¹² (2001), junto as duas equipes francesas envolvidas no processo.

Além dos seminários compreendidos nas Missões de Trabalho, foi organizado, em 30 novembro e 1o. de dezembro de 2000, o Seminário Trabalho, formação profissional e competência, na Faculdade de Educação da UNICAMP, que possibilitou o encontro das quatro equipes e outros pesquisadores convidados, com o objetivo de expor e debater o trabalho realizado durante o primeiro ano do Acordo e avaliar possibilidades metodológicas para as próximas etapas. Para tanto, foram enfocados os seguintes temas: Trabalho, formação profissional e movimento sindical¹³; Transformações do trabalho, desemprego e competências: questões em debate¹⁴; Trabalho e relações de gênero¹⁵; A ciência e a técnica sob a ótica de gênero¹⁶. Esse Seminário, contou com a participação de 78 alunos e professores não só da UNICAMP e UFMG, será publicado em 2002, no Brasil¹⁷.

Considerando os trabalhos já realizados conjuntamente e descritos é que, na introdução desse dossiê foi ressaltado que o mesmo significa mais um momento de sistematização das

9. Os seminários realizados por Danièle Linhart, no Brasil, enfocaram os seguintes temas, em agosto de 2000:
O trabalho na Sociedade: um lugar e um valor sempre central
A individualização e a responsabilização: uma estratégia de modernização do trabalho
As novas estratégias de organização do trabalho nas instituições públicas.
10. Isabelle Bertaux-Wiamme, do Laboratoire Travail et Mobilités, trabalhou os seguintes objetos nos seminários realizados em setembro de 2001, no Brasil:
Questões metodológicas em Ciências Sociais
Relações sociais de sexo e relações de trabalho: análise do serviço público francês
Relações sociais de sexo e relações de trabalho: análise da produção de pães artesanais na França
11. Seminários realizados por Liliana Segnini, na França, em outubro de 2000, enfocaram:
Privatização e Desemprego: trajetórias de trabalhadores/as que aderiram a Planos de Demissão Voluntária
Telemarketing: um verdadeiro trabalho moderno
12. O seminário realizado por Fernando Fidalgo, em dezembro de 2002, na França, discutiu:
A noção de competência e as políticas de regulação da educação profissional no Brasil e na América Latina
13. Annette Jobert (CNRS, Travail et Mobilités, Université de Paris X - Nanterre) - Sindicatos e formação profissional na Europa; Fernando Fidalgo (NETE, Universidade Federal de Minas Gerais) - Neocorporativismo e negociação da formação profissional"; Márcia de Paula Leite (DECISAE-FE/UNICAMP) - As novas institucionalidades: a Câmara Regional do Grande ABC. Debatedor: Sebastião Neto - CUT
14. Christine Jaeger (Travail et Mobilités, Université de Paris X - Nanterre) - Certificação de competências: quais implicações e quais desafios?; Lucília Machado (NETE, Universidade Federal de Minas Gerais) Usos sociais da força de trabalho e da noção de competências; Helena Hirata [GERS (ex GEDISST)CNRS] - Divisão sexual do trabalho e desemprego: notas sobre as trajetórias femininas a partir da pesquisa "Multinacionais francesas no Brasil". Debatedora: Liliana Rolfsen Petrilli Segnini (DECISAE - FE/UNICAMP)
15. Laís Abramo (OIT- Santiago) - Segmentação da força de trabalho e novas figuras do trabalho feminino na América Latina; Cristina Bruschini (Fundação Carlos Chagas) e Maria Rosa Lombardi (PUC- SP) Força de trabalho feminino no Brasil no final do século XX - permanência em atividades precárias e acesso a novas ocupações; Debatedor: Cláudio Dedecca (CESIT/IE - UNICAMP)
16. Ilana Lowy (EHESS/INSERM) A ciência como trabalho: a contribuição da história das mulheres; Maria Margaret Lopes (IG/UNICAMP) Gênero e história das ciências naturais no Brasil. Debatedora : Clevis Rapckiewicz (UENF/RJ)
17. Hirata, Helena e Segnini, Liliana (orgs) Trabalho, Qualificação e Relações de Gênero, São Paulo, Ed. SENAC, 2002 (no prelo).

pesquisas que informam o projeto “Mudanças na Organização do Trabalho, Relações Profissionais e Formação”. Nesse sentido, em diferentes perspectivas e a partir de diferentes temas, os artigos que o compõe propõem-se a “analisar as relações entre os discursos e práticas sociais e as análises que lhes estão subjacentes, a compreender como este conjunto de mudanças - aparentemente universais - se produz, e mostrar que estas são obras de instâncias políticas, de grupos sociais que agem às vezes em um desconhecimento mútuo, mas que dividem um certo número de pontos de vista comuns ou concordantes sobre o mundo”¹⁸. Para tanto, três pesquisadores franceses e quatro brasileiros trazem contribuições inéditas que representam diferentes estágios de pesquisa que desenvolvem.

Lucie Tanguy resgata, historicamente, a partir do período pós-guerra, o movimento social para a formação permanente na França, apresentado hoje, como conquista dos trabalhadores. A autora desconstrói essa perspectiva e trabalha com a hipótese de que trata-se de um movimento social que, na França, aglutina elites políticas, profissionais e culturais engajadas na modernização econômica do país. Assim, afirma que “a modernização foi definida e posta em prática como um elemento de reformas econômicas, políticas e sociais realizadas durante os 30 anos do pós guerra” que, privilegiando essa perspectiva, romperam com propostas que contemplavam, de forma contundente, a cultura e o cidadão. Nesse sentido, justifica porque os trabalhadores, principais destinatários das políticas de formação, estabelecem uma relação distante com “esse bem”, não o percebendo como um direito mas, como uma obrigação, pois “é a empresa que decide a forma e as condições de acesso a essas ações, e que designa também as pessoas que podem se beneficiar destas.”

O eloquente discurso sobre a participação dos trabalhadores nos processos produtivos, intensificado nos últimos anos, é questionado por Danièle Linhart. Pergunta a autora, quem participa do quê? Em que condições? Com que fins? Sob o controle de que autoridade? Com que obrigações e direitos? Respondendo essas questões, reconstitui a história da ambígua noção de participação no mundo do trabalho, fragmentando-a, em três etapas, reconhecendo que se interpenetram. Assim, resgata a participação em sua dimensão “informal, clandestina e paradoxal”, considerada indispensável nos contextos; informa sobre a “participação organizada”, localizando-a, politicamente, nos anos 60, momento de intensas reivindicações dos trabalhadores, lembrando que jovens paralisaram as empresas francesas afirmando que “não queremos perder nossa vida ganhando-a”. Momento intenso de resistência operária e estudantil; ponto de partida de um intenso esforço de mudanças estratégicas patronais. A “participação forçada”, objeto analítico da terceira etapa na história dessa noção, tem por base os pilares consentimento e individualização. A participação subjetiva torna-se obrigatória e novas contradições são então observadas como, atribuir ao próprio trabalhador o dever de “pensar, inventar e implementar um uso de si mesmo eficiente em função de objetivos sobre os quais não é consultado, e sem que sejam claramente objetivadas as coações e as modalidades de controle”

As relações sociais de sexo são discutidas por Danièle Kergoat em uma perspectiva sociológica mais ampla; salienta a autora que circunscrever qualquer relação social “em si

18. Projeto submetido à avaliação CAPES-COFECUB intitulado “Mudanças na Organização do Trabalho, relações profissionais e formação”, 1999

mesma” é empobrecer a análise, é retirar da discussão as ambivalências e ambigüidades presentes nas práticas sociais, como se fosse possível vivenciá-las unidimensionalmente. Assim, resgata as especificidades das tensões presentes nas relações sociais de uma forma geral, nas relações sociais de sexo de forma particular, localizando um grande desafio para melhor compreendê-las – o universo do trabalho, enquanto “produção de vivência”, além mesmo do assalariamento ou profissionalização. O conceito de qualificação é tomado como tema de discussão para melhor elucidar as tensões nos processos de legitimação no trabalho observadas nos universos masculinos e femininos. Alguns exemplos – motoristas de ônibus e enfermeiras – são tomados para discutir a possibilidade de construção de “sujeitos coletivos produtores de sentido”, na construção de relações de forças que “não decorrem mecanicamente de cotas ou de paridade” que pouco alteram, se alteram, as relações sociais.

Márcia de Paula Leite analisa, em co-autoria com Laís Abramo (OIT), a crise do Estado do Bem Estar Social, cujas políticas não se concretizaram para a maior parte da população brasileira. No entanto, em alguns setores no país que mais se aproximaram de suas políticas econômicas e sociais – no caso, o setor automobilístico – e em algumas regiões industrializadas do país – no caso, ABC paulista – a crise observada se expressa sobretudo em altos índices de desemprego e novas formas de organização do trabalho entre as quais destacam-se as cadeias produtivas e processos de sub-contratação. Nesse sentido, analisam, as implicações políticas e sociais complexas e diferenciadas observadas no processo de qualificação e requalificação dos trabalhadores e engenheiros(ou técnicos). As autoras criticam as propostas de cunho neoliberal para a superação da crise, que nada mais têm feito do que aprofundar os problemas sociais, e analisam a experiência da Câmara Regional do Grande ABC, apontando-a, por compreendê-la democrática, como possibilidade concreta de regulação mais satisfatória.

Aparecida Neri de Souza enfoca os pressupostos das mudanças políticas que possibilitaram a reforma educacional paulista (1995/98) e suas implicações para o trabalho docente. Desta forma, destaca o caráter instrumental da referida reforma, que ao considerar que “há uma nova forma de conformação social, econômica e política que está modificando os padrões de produção e organização do trabalho” orienta suas políticas compreendendo que educação é fator de competitividade econômica em um mercado globalizado. Assim, as “disfuncionalidades” do sistema educacional são diagnosticadas a partir de critérios baseados na eficiência, na eficácia e na produtividade, em conformidade com diagnóstico elaborado pelo Banco Mundial, que a financia. A racionalidade técnica presente nesse processo oculta, ou não pretende explicitar, a dimensão fundamental da crise da universalização de direitos que caracteriza o sistema educacional no Brasil, mesmo no estado considerado mais rico da nação (São Paulo). Analisando dez escolas públicas de ensino básico, a autora resgata as implicações dessas políticas nas escolas, registrando, entre outros problemas, o desemprego de professores nesse processo.

Lucília Machado analisa o processo de institucionalização da lógica das competências no Brasil, destacando, o papel do Estado nesse processo. Define essa lógica como “um conjunto de axiomas derivado do postulado de que o saber não existe senão na ação e que representa uma profunda modificação nas modalidades de recrutamento, mobilização e gestão da força de trabalho, nas formas de regulação da oferta e da demanda de trabalho

e no sistema de formação, tendo em vista fazer a adaptação das relações de trabalho ao contexto da crise do emprego assalariado e às exigências de uma economia ultraliberal”. A autora analisa também os pressupostos da substituição das exigências de qualificação pelas exigências de competências (e empregabilidade) e suas implicações para o sistema educacional e as relações de trabalho no Brasil, em um contexto de expansão das formas flexíveis de organização do trabalho que, em grande medida, significam precarização das condições de trabalho, desregulamentação de direitos, e índices elevados de desemprego.

A contribuição analítica de Fernando Fidalgo enfoca também a lógica das competências, resgatando outras dimensões. A partir das propaladas exigências de formação dos trabalhadores no processo de reestruturação produtiva, salienta que as dimensões gestão e certificação de competências implicam na individualização do trabalhador, já referida por Linhart e Machado, na mensuração constante de padrões de eficiência e performances, validadas por certificações negociadas também individualmente, trabalhador por trabalhador. Fidalgo também salienta que a difusão da lógica das competências é observada, cada vez mais, nos países latino-americanos, assim como nos países desenvolvidos. Assim, propõe procedimentos metodológicos para elaboração de uma análise comparativa, sobretudo no Mercosul, para que possam ser melhor compreendidos os pressupostos políticos e as implicações sociais desse processo.

O conjunto de artigos que compõem esse dossiê referem-se a contextos nacionais; no entanto, trazem elementos que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas comparativas internacionais mesmo porque, referem-se a fenômenos sociais que estão sendo observados nos dois países, com características e intensidades diferenciadas, porque estas se inscrevem nas suas singulares histórias.